



Parecer 5ª/AJ nº 416/2022/PSMV

Origem: Pregoeiro e equipe de apoio (Pregão Eletrônico nº 10/2022/5ªSR)

Referência: Processo nº 59550.001164/2022-94-e

Assunto: Direito Administrativo. Licitações e contratos das Estatais. Análise de impugnação ao edital.

Trata-se de solicitação do Pregoeiro designado para o PE nº 10/2022 da CODEVASF/5ªSR¹ (peça 61), para análise e parecer jurídico acerca da impugnação ao edital e respectiva resposta (peças 58 a 60), antes da homologação pela autoridade competente.

A impugnante *Preserve Segurança e Transporte de Valores Ltda.*, CNPJ nº 11.179.264/0007-66, enviou a petição anexada às págs. 1 a 12, da peça 59. Dividiu o documento em itens, os quais foram respondidos pontualmente pelo Pregoeiro, como se vê na peça 60.

Após análise das alegações da impugnante, das normas relacionadas, e das respostas do Pregoeiro, corroboro integralmente com o documento anexado à peça 60, também considerando que os questionamentos poderiam ter sido objeto de simples pedidos de esclarecimento, não consistindo, em hipótese alguma, em risco de restrição à competitividade no presente certame.

Inclusive, nos termos do Decreto 10.024/2019, art. 22, "Modificações no

¹ Elias Kleiton Santos Oliveira e equipe.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª/AJ - Assessoria Jurídica

editais serão divulgados pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes”.

Reforço que a impugnante está desatualizada quanto ao regime jurídico da licitante, cuja natureza é híbrida, com predomínio de preceitos do Direito Privado, em detrimento a regras do Direito Público, nos termos da Lei nº 13.303 de 30/06/2016², em vigência plena desde 01/07/2018, conforme respectivo art. 91, §3º.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Penedo-AL, 24 de outubro de 2022.

Patrícia S. Moura Vale

OAB-PE 1274-B

De acordo.

Ao Pregoeiro, para as providências subsequentes.

Mércia Silva Souto Maia

Chefe da 5ª/Assessoria Jurídica Regional

OAB-AL 15.753-A

² Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm, acesso: 24/10/2022.